



AUDITORIA NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CONTROLE E EFICÁCIA DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS EDUCACIONAIS DE ANGOLA, PERÍODO DE 2021 A 2024

Avindo Chiaca Capinala¹

Fidel Cambundo Sanuca²

Talyta Eduardo Oliveira³

RESUMO

A auditoria na execução orçamentária consiste em um processo de fiscalização e análise sistemática sobre a forma como os recursos orçamentários são aplicados pelos órgãos e entidades da administração pública. Em Angola, o Governo, por meio do Orçamento Geral do Estado (OGE), disponibiliza recursos aos municípios para a melhoria de serviços essenciais, como a educação. Este estudo tem como objetivo analisar a relevância da auditoria na execução orçamentária como instrumento de controle e eficácia da aplicação dos recursos públicos destinados à educação, com foco nos Municípios Angolanos no período de 2021 a 2024. A pesquisa é de natureza qualitativa, fundamentada em relatórios do Orçamento Geral de 2025 e em reportagens sobre corrupção no setor educacional. Observa-se que, apesar da previsão orçamentária, persistem falhas na transparência e a sensação de ausência de responsabilização de gestores encarregados da implementação de políticas educacionais. De acordo com a Declaração de Metas de Incheon (2015), recomenda-se que os governos destinem no mínimo 15% do orçamento nacional à educação. Em Angola, entretanto, verifica-se uma diferença considerável entre a proposta orçamentária e esse percentual mínimo, além da discrepância entre o orçamento nominal e o real. Entre 2021 e 2024, apenas em 2021 os valores nominais e reais foram equivalentes, representando 6,9% dos recursos. Em 2023, o orçamento nominal foi de 13%, enquanto o real se fixou em 7,7%. Em 2024, o nominal manteve-se em 13%, mas o real caiu para 6,4%. Esse cenário desfavorável, agravado pela inflação, evidencia que o aumento nominal não se traduz em maior investimento real. Em comparação com outros países africanos, Angola apresenta percentuais mais baixos, comprometendo a qualidade do ensino. Os efeitos dessa subvalorização refletem-se em salas superlotadas, baixo rendimento dos alunos e abandono escolar. Além da escassez de recursos, a corrupção representa outro fator crítico. Casos de desvio de verbas e cobranças ilegais em escolas públicas (Quiala, 2023) acentuam os problemas do setor, corroendo a confiança da sociedade nas instituições. Nesse contexto, ressalta-se a importância das auditorias internas e externas eficazes, que garantam legalidade, publicidade e controle social. A divulgação de informações em meios oficiais como : portais governamentais, embora necessária, não é suficiente sem a participação cidadã ativa e sem mecanismos de accountability. A simples apresentação do aumento de valores nominais não possibilita cobrança efetiva por parte da população, uma vez que desconsidera a inflação e os impactos reais sobre a execução orçamentária. Conclui-se que as falhas na auditoria interna, nos sistemas de controle e na fiscalização de gestores escolares comprometem a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos educacionais. Uma fiscalização mais rigorosa permitiria não apenas maior clareza na destinação das verbas, mas também avanços concretos na contratação de professores, melhoria da infraestrutura escolar e redução da evasão escolar. A auditoria, portanto, configura-se como instrumento indispensável para garantir qualidade, justiça social e sustentabilidade no setor educacional angolano.

Palavras-chave: Auditoria; Execução Orçamentária; Recursos Públicos; Educação.

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Palmares, Discente, benilsonchiaca@gmail.com¹

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Palmares, Discente, sanucafidel@gmail.com²

Universidade Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira, Palmares, Docente, talyta@unilab.edu.br³